

# O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA COMPREENSÃO DE REINO DE DEUS NO ANTIGO TESTAMENTO

Ronaldo Robson Luiz<sup>1</sup>

**RESUMO:** Quando pensamos no tema reino de Deus, sobretudo dentro da cosmovisão do Antigo Testamento, nos deparamos com o desafio de perceber a compreensão profética do reino que se deu de forma gradativa, na medida que o povo se relacionava com Deus através de um processo histórico. Dessa forma, encontramos na literatura veterotestamentária relatos específicos desse tema, mesmo sem necessariamente usar a expressão “reino de Deus”, mas sempre relacionando essa compreensão à ideia de *Yahweh* reinando sobre Israel e exercendo seu poder sobre as nações. Através das experiências do povo de Israel com Deus e seus constantes estados de julgo por outras nações, constata-se que a instauração do reino de Deus toma forma com o desenrolar dos acontecimentos e da revelação, pois, se por um lado, os profetas Isaías, Miquéias, Jeremias e Zacarias falam de um líder humano ideal com grandes qualidades espirituais e éticas, por sua vez, Naum, Sofonias, Habacuc, Malaquias, Joel e Daniel falarão de um reino futuro, em que somente Deus é o redentor.

**Palavras-chave:** Reino de Deus; messias; pós-exílio.

**ABSTRACT:** When we think of the kingdom of God theme, especially within the Old Testament worldview, we are faced with the challenge of perceiving the prophetic understanding of the kingdom that took place gradually, as the people related to God through a historical process. Thus, we find in the veteran testamentary literature specific accounts of this theme, even without necessarily using the expression "kingdom of God", but always relating this understanding to the idea of *Yahweh* reigning over Israel and exercising his power over the nations. Through the experiences of the people of Israel with God and their constant states of judgment by other nations, it is noted that the establishment of the kingdom of God takes shape with the unfolding of events and revelation, therefore, If on the one hand, the prophets Isaiah, Micah, Jeremiah and Zechariah speak of an ideal human leader with great spiritual and ethical qualities, while Nahum, Zephaniah, Habakkuk, Malachi, Joel and Daniel will speak of a future kingdom, in which only God is the Redeemer.

**Keywords:** Kingdom of God; messiah; post-exile.

## 1 INTRODUÇÃO

O conceito de reino de Deus dentro dos escritos veterotestamentários foi algo que, assim como a revelação geral, também se deu de forma progressiva e gradativa. Sabendo que o desenvolvimento do conceito de reino está intrinsecamente ligado a história da nação judaica é necessário, portanto, fazermos uma rápida recapitulação da formação

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela UFPE (2019), mestre em Ciências Sociais pela UFRN (2012), bacharel, em Teologia pelo STBNB e UNICAP (2005; 2009). Coordenador da pós-graduação e professor da área de Antigo Testamento da STBNB.

dessa nação para termos uma visão mais clara das razões que contribuíram para que esse conceito fizesse parte da visão de mundo dessa nação.

Como ponto de partida para traçarmos um breve esboço da história judaica, encontramos a figura de Moisés, como reconhecidamente pelos escritores do Antigo Testamento o fundador da nação. Além de fundador, ele é reconhecido como profeta que transmitiu à Israel a revelação do seu Deus Javé. Através do Antigo Testamento, de forma plena, *Yahweh* é o Deus de Israel, identificado como *'elohim*, o criador de todas as coisas, e com *'El-Shaddai*, o todo poderoso. A partir da saída de Israel do Egito, é estabelecida uma nova religião que se diferenciou de todas as experiências religiosas da época, pois tinha como uma das características principais a crença em um único Deus<sup>2</sup>.

A crença de Israel em *Yahweh* tinha uma perspectiva teísta, ou seja, como aquele que não só criou, mas também dirige toda a história revelando o seu poder a sua justiça. Acerca da crença de que *Yahweh* está no comando da história, Crabtree afirma o seguinte:

Esta crença é muito significativa em relação ao estabelecimento e ao desenvolvimento do reino de Deus no mundo. Os deuses dos pagãos eram apenas personificações das forças da natureza, sem caráter definitivo. A sua força era limitada pelos deuses rivais. Eles não tinham qualquer entendimento moral dos eventos. Em contraste, o Deus de Israel dirige os movimentos dos corpos celestiais e todas as forças da sua criação. Não tem qualquer habitação fixa, e pode vir logo em socorro do seu povo no Egito, no Sinai, em Canaã ou em qualquer outro lugar (CRABTREE, 1991, p. 217).

A consciência de que Israel tinha um Deus que estava no controle da história juntamente com o sentimento de eleição presente na mentalidade do povo, criaram uma dificuldade para Israel por se achar exclusivamente privilegiado entre os povos do mundo. “A coisa mais difícil para este povo, em todos os períodos da história, foi o problema de reconhecer que privilégios especiais levam consigo responsabilidades especiais” (Crabtree, 1991, p. 218). Com o espírito do nacionalismo, o povo tinha que lutar com a dificuldade de se lembrar de que o seu Senhor, *Yahweh*, era o Deus de todos os povos não exclusivamente de Israel.

Israel nesse momento ainda não podia ser considerado uma nação, mas apenas uma liga de tribos unidas pela fé em Deus. As tribos eram independentes e os anciãos exerciam autoridade moral, mas não existia um poder central. “Naqueles dias não havia rei em Israel; cada um fazia o que era reto aos seus olhos” (Jz 21.25). O Senhor reinava

---

<sup>2</sup> G. Ernest Wright, *The Old Testament Against Its Environment*, p.13. In: CRABTREE, Asa Routh: o estudo sociológico não explica o porquê a mudança da vida nômade para a vida agrícola não podia efetuar uma mudança religiosa. Nem tampouco o ambiente pode fornecer a resposta, pois o Antigo Testamento apresenta um testemunho eloquente ao fato de que a religião dos cananeus era o mais perigoso agente para a desintegração que Israel tinha que enfrentar, pois os cananeus tinha uma religião politeísta e poderiam influenciar negativamente o povo de Israel na sua fé monoteísta.

sobre o povo (Jz 8.23). O livro de Juízes explica como as tribos, sem autoridade central, mantiveram a sua existência como povo. Essa teocracia, a princípio mostrou-se firme e persistente em manter-se contra as **idades-estado** dos pequenos reinos cananeus<sup>3</sup> tendo em vista que estes não podiam oferecer uma resistência unida. Entretanto, a falta de centralização das tribos de Israel fazia com que elas se tornassem ameaçadas diante de povos mais organizados militarmente.

Nesse momento histórico surge uma nova potência que logo se tornou uma ameaça para Israel como um todo, trata-se dos filisteus. Não eram semitas (por isto chamados no AT de “incircuncisos”); antes, chegaram à Palestina dentro do movimento migratório dos povos do mar, por sua vez, relacionado com a migração dórica. Os filisteus acabaram formando cinco cidades-estados (Gaza, Ascalom, Asdode, Ecron, Gate). E, enquanto que no período dos juízes os ataques de tribos ou povos inimigos ficaram limitados no tempo e no espaço, a hegemonia crescente (cf. Jz 3:31; 13-16) e finalmente duradoura (I Sm 4; 10.5) dos filisteus, com seu superior armamento de ferro (cf. 13.19; 17.7), obrigou todo o Israel a agir em conjunto sob uma liderança permanente. Assim, por volta de 1000 a.C., a monarquia foi instituída por pressão política externa, surgindo dessa forma, um Estado<sup>4</sup> (I Sm 8-12)<sup>5</sup>.

## **2 A INFLUÊNCIA DA MONARQUIA EM ISRAEL**

Na história de Israel, as primitivas tribos nômades eram governadas pelo patriarca do clã. Durante o Êxodo do Egito, o governo foi exercido por Moisés, sucedido depois por Josué, naquilo que era compreendido como uma teocracia, na qual o líder não-hereditário era eleito pela chamada divina e reconhecido pelo povo, ainda que não sem certo protesto (Ex 4.29; Nm 6.1). Quando Israel se estabeleceu na Palestina, inicialmente, as tribos eram governadas principalmente pelos anciãos das vilas (Jz 11.5), os quais podiam convocar algum homem de sua escolha para comandar a milícia contra o inimigo. Jefté (Jz 11.9) exigiu ser feito “chefe” se tivesse de assumir o comando dessa maneira, mas seu filho não o sucedeu no cargo. Gideão foi solicitado a governar sobre Israel (8.22)

---

<sup>3</sup> Asa Routh Crabtree, Teologia do Velho Testamento, 1991, p.219

<sup>4</sup> Convém lembrar que o governo de Saul teve características militares com bases regionais sem a caracterização de um Estado pleno, coisa que só acontecerá a partir de Davi (segundo alguns, só a partir de Salomão).

<sup>5</sup> Werner H. Schmidt, Introdução ao Antigo Testamento, 1994, p. 26

e rejeitou a solicitação; mas, seu filho Abimeleque apoderou-se de uma soberania temporária e local.

A monarquia, entretanto, foi instaurada em Israel com Saul, figura majestosa e de boa aparência (I Sm 9.2; 10.23). Saul obteve vitória sobre os filisteus e quebrou a força destes na Palestina central, garantindo naquele momento o domínio de Israel sobre os seus maiores inimigos. Porém na batalha de Gilboa<sup>6</sup> ocorre a derrota e morte de Saul e de seus três filhos (I Sm 28.4; 31), fato que deixou o caminho preparado para completar o domínio dos israelitas pelo grande sucessor Davi. Este foi reconhecido como o ungido do Senhor, e assim governou como o representante de Deus.

A partir desse momento iniciou os seus feitos como a captura de Jerusalém dos jebuseus, estabelecendo ali a capital política e religiosa de Israel, trazendo a arca do Senhor para a cidade como o símbolo da Sua presença. Organizou de forma sábia o seu governo, desenvolvendo o exército e empreendendo uma campanha de conquista, estendeu o seu império desde o golfo de Ácaba, no Sul, até a Síria central, no Norte, fazendo com que reis fizessem com ele alianças de paz (II Sm 8.9, 10).

Com todos esses feitos, Davi formou um reino de prosperidade econômica e seu sucessor, Salomão, teve habilidade de aproveitar-se das novas condições. Sobre essa prosperidade, Crabtree faz a seguinte afirmação: “O templo, as instalações militares, o palácio do rei, o arsenal de armas, o pórtico do trono e o palácio da filha de Faraó são evidências da riqueza e do esplendor da corte de Salomão” (CRABTREE, 1991, p. 220).

Todas essas atividades representaram uma grande mudança na estrutura da sociedade de Israel. Salomão aboliu a liga das tribos e estabeleceu o estado com a autoridade centralizada no rei. Dessa forma, a teocracia preservada no princípio do reinado de Davi, gradualmente deu lugar à dinastia, acompanhada por mudanças radicais na sociedade nômade do povo do concerto. Com essa situação, o Estado começou também a controlar a religião do povo, e muitos dos reis que foram subsequentes a Salomão se esforçaram para controlar e subordinar a religião aos interesses do Estado, quando isso era considerado para o bem do reinado (I Rs 1.7; 25; 2.26). Podemos ver isso de forma clara com a própria instituição do Templo de Jerusalém que era um santuário de Estado e os sacerdotes desse Templo eram funcionários do rei. Sobre essa realidade, Roland de Vaux afirma o seguinte:

Seus chefes figuram na lista dos altos oficiais, I Rs 4:2, eles são nomeados e destituídos pelo rei, I Rs 2:27 e 35. Eles recebem dele as ordens relativas à

---

<sup>6</sup> Serra de montanhas no território de Issacar.

manutenção do santuário e às suas instalações cultuais; mesmo Joiada, que fez Joás subir ao trono, deve se curvar as suas ordenanças que esse rei edita e das quais a segunda retira um privilégio aos sacerdotes e os põe sob o controle de um oficial leigo, II Rs 12:5-17, e os sucessores de Joiada não puderam se libertar dessa sujeição, II Rs 22:3-7. Acáz ordena a Urias que construa um novo altar e o sacerdote obedece sem vacilar, II Rs 16:10-16 (VAUX, 2003, p. 414).

Paralelamente a este problema, começou a ocorrer indicações de deificação do rei ou do Estado. Neste particular existe a influência de povos orientais primitivos, mas não com a mesma força probativa. Na história das nações antigas, seus líderes eram considerados verdadeiras divindades. No Egito o faraó era considerado como um deus, sendo chamado de “o deus” ou “o bom deus”, ele é o filho de Rá, o deus criador; durante sua vida é uma encarnação de Horus e depois da sua morte é assimilado por Osíris. Esse caráter divino se expressa nos títulos reais, na arte que representa o faraó como atributos divinos e uma estrutura sobre-humana, na literatura religiosa e nos ritos de coroação<sup>7</sup>.

A divinização do líder maior não era algo exclusivo do Egito na antiguidade, mas também os povos da Mesopotâmia reconheciam um caráter divino ao rei, embora que em uma concepção diferente dos egípcios. Entretanto, havia procedentes da Síria e da Palestina que, a semelhança à Israel, não permitia a divinização dos reis. Entretanto surgiram alguns argumentos tentando apontar para a ideia de um rei deus em Israel. É certo que o rei ungido tinha uma relação especial com *Yahweh*. Davi o reconhece “como o anjo de Deus”, sua sabedoria é a do “anjo de Deus” (II Sm 14.17,20), mas essa lisonja exclui a assimilação (cf. I Sm 29.9).

A ideia do culto real, no qual o rei ocuparia o lugar de Deus em certas festas, baseia-se somente em conjecturas. Recorre-se também ao Salmo 45:7<sup>8</sup>, traduzindo: “Teu trono, *Elohim*, subsiste para todo o sempre”. Também foram propostas outras interpretações possíveis: “trono divino” como “trono como o de Deus”; mas, mesmo que o texto chame o rei de “*Elohim*”, devemos nos lembrar que o termo “*Elohim*” é aplicado não somente a Deus, mas também a seres de poder ou de natureza sobre-humanos, os membros da corte celestial (Jó 1.6; Sl 29.1; 89.7), o espectro de Samuel (I Sm 28:13), e até a homens extraordinários, os príncipes e os juízes (Sl 58.2; 82.1,6).

Portanto, na concepção israelita, o rei não é um homem como os outros, mas também não é um Deus, (cf. II Rs 5.7 e Ez 28.2,9)<sup>9</sup>. Dessa forma, o rei é adotado por *Yahweh*, o que não quer dizer que seja igual a Ele, que seja divinizado. O Salmo 89.26

---

<sup>7</sup> Roland de Vaux, Instituições de Israel no Antigo Testamento, 2003, p.140

<sup>8</sup> Bíblia de Jerusalém

<sup>9</sup> IDEM, p. 140

faz a distinção necessária comentando a profecia de Natã: “Ele me invocará, dizendo: Tu és meu pai, meu Deus, e a Rocha da minha salvação.” Por essa razão, a religião de Israel com sua fé em *Yahweh*, Deus pessoal, único transcendente, impossibilitava toda divinização do rei.

### 3 A COMPREENSÃO DA PALAVRA □ □ □ □ □ □ □ (MELEK)

*Melek* é uma palavra de origem incerta, comum a todos os idiomas semíticos que está possivelmente ligado tanto com uma raiz árabe que significa “possuir” como com uma palavra assíria e aramaica que significa “conselho”. Esse ofício era bastante comum no antigo Oriente Médio, de forma que, em linhas gerais, representava um governante que dominava sobre uma região popular, frequentemente centralizada em torno de uma cidade (Gn 14.10; cf. 5.13). Embora não haja precisão, “mas sua autoridade era hereditária e estava ligada a um reinado divino ou deus da terra”<sup>10</sup>. Neste aspecto podemos identificar entre os povos antigos, como o Egito, que o rei ou faraó era tido como um deus, na Assíria, o rei era antes o representante do deus. O vocábulo também traz a ideia de hereditariedade em que o rei atual recebia o posto de um antepassado ou pai. Na *Septuaginta*<sup>11</sup> o termo que substitui a palavra no hebraico é *basileus* que denota justamente um “governante hereditário legal, que orientava a vida do povo mediante sua justiça ou injustiça, ainda que fazendo contraste com o tirano ou usurpador”<sup>12</sup>.

O termo *melek*, que é o mais comum para designar o governante principal, têm no Antigo Testamento mais de 2500 ocorrências. Assim, não existe um sentido único e preciso da palavra *melek*, e para chegar à uma compreensão mais clara sobre assunto recorreremos ao estudo encontrado no Novo Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento que descreve o seguinte sobre essa palavra:

Provérbios 8:15-16 é uma passagem rica em materiais para nossa busca de uma teologia do rei ou do magistrado supremo: “Por meio de mim [isto é, da sabedoria] reinam os reis, e os governadores decretam o que é justo. Por meio de mim governam os príncipes, e os nobres, todos os juízes da terra”. De todos os vocábulos, o menos preciso é “rei”. Deixemos que os outros quatro ampliem a ideia de reinado. “Governadores” (sing. *rozen*; ARA, “príncipes”; mas a cf. o versículo seguinte, onde a palavra “príncipes” também é tradução de uma palavra hebraica diferente) ocorre apenas seis vezes, sempre em textos poéticos. Devido à relação com um cognato árabe, entende-se que a palavra tenha o sentido de aquele que é “sólido, sério, firme em seu julgamento”-alguém que é incapaz de se abalar, de uma serenidade solene, de fala e ações dignas, conforme é próprio de alguém investido de grande poder. “Príncipes”

<sup>10</sup> J.D. Douglas, Novo dicionário da Bíblia, 2003, p. 1381

<sup>11</sup> Tradução do cânon judaico para o idioma grego

<sup>12</sup> Ibid

(*sarim*) é uma palavra comum que significa “líder”, alguém de autoridade reconhecida em qualquer área em que atue (“autoridades superiores”, Rm 13.1). Não há metáfora alguma quando mercadores importantes são chamados de “príncipes” (*sarim*, Is 23.8). Certos anjos são denominados *sarim* (Dn 10.13,21). “Nobres” (sing. Nadib) é aquele que se inclina para a liberalidade, pessoa de caráter nobre e, decorrentemente, também de posição nobre. “Juizes” (sing. *shopet*, derivado de *shapat*) é talvez o termo mais abrangente para designar aquele que exerce autoridade civil, seja executiva, judicial ou legislativa. Uma sexta palavra, *nagid*, é um título favorito para os reis hebreus, aparecendo duas vezes em Provérbios (8.6; 28.16) e com o sentido de aquele que vai à frente.

Estas são as principais ideias do AT acerca de rei e outros governantes. Embora os governantes devessem ser bondosos, é difícil de encontrar na Bíblia a ideia de democracia, ou seja, a de que a autoridade emana do povo para os governantes. Acreditava-se que a autoridade dos governantes provinha de Deus e não dos homens. Apresentar-se diante do juiz era apresentar-se diante de Deus (Ex 22.8,9). Deve-se observar que em Êxodo 22.9 [8], há de se traduzir *elohim* por juizes no plural em vez de “Deus” no singular. O termo *melek* aparece de forma modificada em quase todos os idiomas semíticos, tendo aproximadamente o mesmo sentido. A ideia hebraica era compartilhada em todos os lugares do antigo oriente médio. Devemos nos precaver para não atribuir à palavra *melek* um significado técnico consistente, mesmo quando esse seja claramente o propósito. A palavra pode significar imperador (de um império), como no caso de Nabucodonosor, rei da Babilônia (Jr 46.2), ou aquele que é vassalo de um imperador, como no caso de Jeoaquim, rei de Judá (Jr 46.2), ou o líder de uma minúscula cidade-estado, como era o caso das cidades cananeias e filisteias (Gn 14.2-8; 20.2; 26.1,8; muitas vezes em Js). Da mesma forma também podiam ser chamados de *melek* o membro de uma junta governante ou, possivelmente, de um triunvirato, conforme sabemos agora que foi o caso de Belsazar (Dn 5.11, palavra aramaica equivalente ao hebraico), como também de um governador provincial subalterno, como o foi Dario, que governou a Babilônia enquanto Ciro era imperador da Pérsia (Dn 5.30). (HARRIS, 2001, p. 842)

No AT, o termo *melek* é frequentemente usado para Deus onde é dito que Ele governa ou governará como rei. Para Goppelt<sup>13</sup> a indicação de figura de rei atribuída a Deus se dá a partir de quatro concepções:

- 1- Sua origem está nos *salmos da ascensão ao trono* (Sl 47; 93; 96; 99) que existe a confissão litúrgica “Javé se tornou rei” ou “Javé é rei”, pois mesmo que o fato de Deus ser considerado um rei não pode ser constatado na criação e na história, mas ela se dá dentro da comunidade através do culto;
- 2- Se tem a ideia de Javé rei se manifestando no presente através dos atos salvíficos realizados em Israel (Ex 15:18; Sl 44.1-5), ou na assistência às suas criaturas (Sl 145.1,13; 146.10);
- 3- Na *profecia* o termo Javé-rei foi adotado por DtIs<sup>14</sup> sai do ambiente de glorificações cultuais e assume um sentido escatológico, tornando-se algo ativo na história. A

---

<sup>13</sup> Leonhard Goppelt, Teologia do Novo Testamento, 2003, p.82

<sup>14</sup> Sigla significa o Dêutero-Isaías que aponta para o segundo escritor do livro de Isaías responsável, segundo a crítica bíblica, pelos capítulos 40-55. Escritor que provavelmente viveu dois séculos depois do profeta Isaías e que fala a um povo oprimido no exílio.

união da concepção Deus-rei com esse princípio profético, assume a dimensão de um reino escatológico de Deus;

- 4- Na concepção dualista da apocalíptica, ao tentar explicar a diferença entre o reino de Deus futuro, escatológico, e o seu senhorio presente.

#### **4 A CONCEPÇÃO PÓS-EXÍLICA DE REINO**

É necessário entendermos que o AT se formou dentro da história e se refere, na maioria de seus enunciados, à história. Isso também é verdade no que diz respeito à concepção de reino dentro os vários períodos da história do povo judeu. Como vimos anteriormente, a influência da monarquia em Israel que se deu por volta de 1000 a 587 a.C., vindo, a partir daí, um novo período que vai até 539 a.C., conhecido como a época do Exílio.

Então com a conquista de Jerusalém, a organização política e estatal de Israel chega ao fim<sup>15</sup>. O que vemos a partir desse momento foi o surgimento de uma estrutura mais familiar: por um lado, a “casa paterna”, uma espécie de grande família (Ed 1.5; 2.59,68; 4.2; 10.16), por outro lado, a instituição dos “anciãos”, que recuperou sua importância há muito perdida (Jr 29.1; Ez 8.1; 14.1; 20.1; Ed 5.9; 6.7; 10.8,14).

Portanto, a queda de Jerusalém marca o fim das instituições políticas de Israel. A Judéia será a partir de então parte integrante dos impérios neobabilônicos, persa, selêucida, que lhe imporão o estatuto habitual de suas províncias e, quando os hasmoneus<sup>16</sup> reivindicarem o título de reis, estarão ainda sob tutela.

Dessa forma, os antigos costumes se perpetuam no plano da vida municipal, pelos clãs, e seus anciãos, que representam o povo junto às autoridades, mas já não há noção de Estado. Nos limites da autonomia religiosa, regida por sua lei religiosa, sob o governo de seus sacerdotes. É um regime teocrático, e aqui volta a aparecer e se afirma uma velha ideia: Israel tem Deus como rei (Ex 15.18; Nm 23.21; Jz 8.23; I Sm 8.7; 12.12; I Rs 22.19; Is 6.5). Encontramos a ênfase nessa ideia, que já foi encontrada na monarquia, durante e depois do Exílio, no DtIs (41.21; 43.15; 44.6) e nos salmos do reinado de *Yahweh* (Sl 47; 93; 96-99).

---

<sup>15</sup> Werner H. Schmidt, Introdução ao Antigo Testamento, 1994, p. 44

<sup>16</sup> Título registrado por Flávio Josefo em relação aos Macabeus pois pertenciam a família Hasmon.

Os reis que governavam Israel na verdade eram apenas vice-reis (I Cr 17.14; 28.5; II Cr 9.8). Por essa razão o Cronista<sup>17</sup>, repensando a história do seu povo, vê no reinado de Davi a realização do reino de Deus sobre a terra, I Cr 11-29, e considera que a comunidade judaica do retorno, a de Zorobabel e de Neemias, se aproxima desse ideal (Ne 12.44-47).

Nesse momento iremos utilizar a ideia resgatada no período pós-exílico de que *Deus é o rei de Israel* para podermos entender qual a concepção de reino encontrada nesse período. Para isso vamos nos utilizar dos textos datados dessa época e já citados neste artigo que diz respeito aos do DtIs e os salmos do reinado de *Yahweh*.

O profeta DtIs desenvolve sua mensagem do “resgate” de Israel (43.1,4) os temas que afloram na audição de Is 40: “Javé remiu a seu servo Jacó” parece ser quase uma nova confissão (48.20; 44.23). A libertação da Babilônia se concretiza na saída, sem impedimentos, sob o júbilo da natureza (41.17; 42.16; 43.19; 49.9; 55.12). Este assim chamado segundo êxodo<sup>18</sup> superará em muito o primeiro êxodo (comparar Is 52.12; 48.21 com Ex 12.11; 17.5). O próprio Javé conduzirá Israel para que ingresse em Sião. O profeta vê este acontecimento tão palpável à sua frente, que já faz o mensageiro proclamar a chegada de Deus: “Eis aí está o vosso Deus!” (40.9) e anunciar o início do seu reinado: “O teu Deus tornou-se rei!” (52.7, sob inspiração da tradição dos salmos de ascensão ao trono: 47.9; 93.1).

Desta forma o retorno à Jerusalém e a reconstrução da cidade destruída, mas também do templo, constituem a meta da saída. Aqui, onde reina Deus, habita a sua comunidade. Encontramos, então, a ideia de um rei libertador ligado a pessoa de Deus como o resgatador do povo e que restaurará a sorte de Israel. Nesta perspectiva a mensagem de consolação de DtIs é radicalizada e atualizada através da evocação de uma figura histórica. Assim como os profetas mais antigos compreendiam os assírios ou babilônios como instrumentos do juízo de Javé, chegando Jeremias ao ponto de designar Nabucodonosor “servo” de Javé (25.9), DtIs considera o rei persa Ciro “pastor” de *Yahweh* (44.28) e até o “Ungido” (Messias: 45.1; 48.14). Não são mais os reis de Israel, mas é Ciro quem governa, a mando de Javé (41.25).

---

<sup>17</sup> O Cronista “pretendeu expor a história da formação da comunidade pós-exílica em que vivia. Nesse sentido anda nas pegadas da Obra Historiográfica Dtr, tornando-se em certas passagens como que usa “exegese”. Também aí a interpretação dos fatos que acontece pela exortação ou pelo prenúncio de profetas (II Cr 12.5; 15.2). Todavia, o Cronista traça o passado a partir da ótica de seu tempo, o reestrutura, emite mais fortemente juízos de valor, o corrige e idealiza. Em grande parte, pode-se definir a intenção do Cronista, comparando os livros de Crônicas com os livros de Samuel e dos Reis.

<sup>18</sup> Uma perspectiva que já Oséias (2) e Ezequiel (20) nutriam de forma mais contida.

Sendo assim, Ciro não tem significância em si mesmo, mas recebe o encargo de conquistar a Babilônia e libertar os exilados só dentro do contexto maior da obra salvífica de Javé: “Ele cumprirá tudo o que me apraz” (44.28 num auto predicação de Javé). O aspecto “político” se constitui como que uma parte do aspecto “teológico”, da fé e da esperança, numa perspectiva histórica. Em última instância é o próprio Javé que conquista a vitória (42.13; 49.24).

Falaremos agora dos salmos conhecidos como os de ascensão ao trono (Goppelt, 2003), ou os salmos do reinado de *Yahweh* (Roland de Vaux, 2003), ou ainda os salmos de entronização (Schmidt, 1994) que são os salmos 47; 93; 96-99 que proclamam o reinado de Deus: “Javé se tornou rei” ou como podemos traduzir, “Javé governa como rei” (93.1; 96.10). Embora a datação desses salmos seja problemática, o DtIs (Is 52.7-10) pressupõe, na época do exílio, a tradição dos salmos de entronização. Também parece que os Sl 47; 93 são antigos, enquanto o Sl 96-99 são mais recentes, talvez na época até pós-exílica.<sup>19</sup> Este grupo de salmos tem como tema principal a confissão do reinado de Deus, vinculado à fidelidade de Deus para com o seu povo (93.5; 98.3; 99.4).

Hans Walter Wolff<sup>20</sup> vai chamar esses salmos de hinos da realeza de *Yahweh* que por sua vez são distintos dos salmos reais, que dizem respeito aos descendentes de Davi como uma garantia do auxílio de *Yahweh* (2; 45; 72; 110). Os salmos da realeza de *Yahweh* trazem uma expressão típica: “*Yahweh* é rei” (Sl 47.7; 93.1; 96.10; 97.1; 99.1). Tais livros são o ponto culminante de louvor de Israel. Sobre a origem desses salmos, Hans Walter Wolff afirma o seguinte:

Não há evidências de que eram parte de uma festa de entronização de *Yahweh*, celebrada segundo os modelos da Babilônia. Contra tal possibilidade é o fato de que o trono de *Yahweh* é honrado como tendo sido “estabelecido desde a origem” (93.2). Aquele que estabeleceu o mundo (93.1; 96.10) é superior a todo e qualquer adversário (93.3-4). “As montanhas fundem como a cera diante do Mestre de toda a terra” (97.5). O único que reina em Sião (93.5; 99.2) é também “rei de toda terra” (47.7). “Todos os deuses dos povos são ídolos” (96.5), e se devem inclinar diante de *Yahweh* (97.7). Assim, as nações se juntam ao “povo do Deus de Abraão” para louvar *Yahweh* (47.9; 96.7) (WOLFF, 2003, pp. 131-132).

Portanto, a ideia encontrada a respeito de reino no período pós-exílico, de forma evidente nos textos do DtIs e nos salmos da realeza de *Yahweh*, apontam para a certeza de um domínio universal de *Yahweh* trazendo uma dimensão escatológica porque, no presente anuncia a esperança. “Ele vem! Ele vem” para estabelecer sua fidelidade e justiça

---

<sup>19</sup> SCHMIDT, p. 294

<sup>20</sup> Hans Walter Wolff, Bíblia Antigo Testamento, 2003, p. 131

entre os povos (96.13; 98.9). Todos os povos e nações preparar-se-ão para aclamá-lo (96.7-9; 98.4).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo perseguimos o objetivo de apresentar a ideia de que o conceito de reino de Deus está diretamente ligado ao personagem do Messias, especialmente caracterizado no período pós-exílico. A partir de vários fatores, sobretudo acontecimentos históricos, percebemos a caracterização da ideia de desenvolvimento do tema reino de Deus. Primeiramente verificamos que a instituição da monarquia em Israel, juntamente com o clímax desse período através do rei Davi, influenciou diretamente na construção desse tema (Schmidt, 1994).

Associado a esta questão, constatamos que o período pós-exílico trouxe também sua contribuição para o tema quando encontramos de forma evidente nos textos do DtIs e nos salmos da realeza de *Yahweh* a certeza de um domínio universal de *Yahweh* trazendo uma dimensão escatológica (WOLFF, 2003).

Verificamos também, principalmente em Crabtree (1975), que o reino de Deus estava diretamente ligado ao personagem do Messias de uma forma especial em seu sentido teleológico. Isso é destacado através das características desse reino na perspectiva de que este será um reino de justiça, de salvação e de paz. Tais fatos, segundo Judite Mayer, identificam o Messias através de dois princípios: o de que Ele é um líder cuja autoridade surge do carisma pessoal e um líder que se coaduna com o regime monárquico (MAYER, 1997).

Dessa forma, verifica-se que a ideia de reino de Deus teve sua gênese desde os escritos veterotestamentários, em que havia uma conotação marcadamente política e escatológica, diferenciando-se, em certa medida, com a perspectiva cristã encontrada no primeiro século da era cristã, sobretudo em relação ao seu tempo e alcance.

Em nossos dias, esse distanciamento de horizontes do escritor bíblico do Antigo Testamento e da compreensão escatológica e dispensacionalista estão cada vez mais evidente. O desafio, portanto, é que procuremos com um certo esforço hermenêutico, promover uma “fusão de horizontes” nos termos gadamerianos, entre a perspectiva de reino de Deus veterotestamentária e a tradição cristã, identificando nelas características que as aproximem, e não apenas reflexos de momentos históricos distintos da revelação de Deus.

## REFERÊNCIAS

- BÍBLIA. Hebraica. **Stuttgartensia**. Editio Funditus Renovata. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1994.
- BÍBLIA. Português. **A Bíblia de Jerusalém: nova edição revista**. São Paulo: Paulus, 1985.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia de Estudo Vida**. 2<sup>a</sup>-ed. São Paulo: Vida, 1999.
- CARSON, Donald A. **Os perigos da interpretação bíblica**. São Paulo: Vida Nova, 2002.
- CHAMPLIN, Russel Norman. **Enciclopédia de Bíblia, teologia e filosofia**. São Paulo: Hagnos, 2004.
- CHARPENTIER, Etienne. **Para uma primeira leitura da Bíblia**. São Paulo: Paulus, 1980.
- CRABTREE, A.R. **Teologia do Velho Testamento**. Rio de Janeiro: Juerp, 1977.
- CRABTREE, A.R. **A esperança messiânica: a luz do seu cumprimento em Jesus Cristo**. Rio de Janeiro: Juerp, 1975.
- DEISSLER, Alfons. **O anúncio do Antigo Testamento**. São Paulo: Paulinas, 1984.
- FOHRER, Georg. **Estruturas teológicas fundamentais do Antigo Testamento**. São Paulo: Paulinas, 1982.
- GABEL, John B.; WHELLER, Charles B. **A Bíblia como literatura**. São Paulo: Loyola, 1993.
- GOPPELT, Leonhard. **Teologia do Novo Testamento**. 3.ed. São Paulo: Teológica, 2003.
- HARRIS, R. Laird. et. al. **Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1998.
- MAYER, Judite Paulina. **Perspectivas messiânicas nos primórdios do judaísmo**. In: SOUZA, Ágabo Borges. **Messias e messianismo**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- RAD, Gerhard Von. **Teologia do Antigo Testamento**. Vol. 1. São Paulo: ASTE, 1973.
- RENDTORFF, Rolf. **A formação do Antigo Testamento**. São Leopoldo: Sinodal, 1998.
- RENDTORFF, Rolf. **Profetismo**. São Leopoldo: Sinodal, 1985.
- SCHMIDT, Werner H. **Introdução ao Antigo Testamento**. São Leopoldo: Sinodal, 1994.
- SICRE, José Luis. **Os profetas**. São Paulo: Paulinas, 1998.
- VAUX, Roland. **Instituições de Israel no Antigo Testamento**. São Paulo: Teológica, 2003.
- WOLFF, Hans Walter. **Bíblia Antigo Testamento**. São Paulo: Teológica, 2003.